

HETEROGENEIDADE DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS A PARTIR DA PESQUISA DE ORÇAMENTO FAMILIAR (2017-2018)

Palavras-Chave: consumo, desigualdade, insegurança alimentar

Autores(as):

ALMIRÊZ COLOMBANI BISPO DE ALMEIDA, IE – UNICAMP

Profª. Drª. IVETTE LUNA, IE - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

Apesar de o gasto impulsionar a economia e gerar renda, sua distribuição é intrinsecamente conflituosa, como observado por Kalecki (1954). No Brasil, essa divisão reflete uma herança colonial complexa, marcada pelo escravismo e por uma posição subordinada no sistema internacional. Mesmo com a produção interna, o financiamento de bens 'nacionais' continua dependente de recursos de exportação, evidenciando a persistência de uma dependência estrutural.

O papel assumido pelo Brasil na economia internacional ainda é o de exportador de commodities. Na pauta de exportação do Brasil (entre 2010 e 2025) destacam-se os cereais, o petróleo bruto, o minério de ferro e a carne (COMEXSTAT). E com isso atinge marcos como o de 9º maior economia do planeta (Banco Mundial 2023), enquanto apresenta índice de Gini de 0.520 - que torna o país o 7º mais desigual do planeta (Banco Mundial 2022). Portanto, já em uma primeira análise, os dados sugerem forte desigualdade de apropriação do produto social.

A desigualdade de renda observada, reflexo do legado colonial e a inserção subordinada no capitalismo global, limita o consumo das famílias mais pobres. Parte-se da ideia de que, em contexto de subdesenvolvimento, mesmo o acesso básico é mediado por hierarquias sociais profundas. O aspecto particular que será analisado é o consumo alimentar e como este se configura em diferentes níveis de renda visto que uma expansão da renda e diminuição da desigualdade é capaz de avançar no grau de saciedade da demanda até então reprimida (Vaz; Hoffmann, 2021).

No país, pode-se observar uma tendência de combate à fome e a desigualdade, com políticas públicas como o “Programa Fome Zero”, no primeiro decênio que resultou na saída do país do mapa da fome em 2014, além ter alcançado uma redução significativa da pobreza (Hoffmann, 2020). Essa tendência é revertida nos anos seguintes a partir da crise - política e econômica - de 2014-2016, que levou à aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, combinada com o retrocesso nas políticas de combate à fome e à desigualdade. Essa emenda implementa o Teto de Gastos Públicos, uma política de austeridade fiscal. A edição de 2017-2018 da POF (Pesquisa de Orçamento Familiar) se encontra

entre esses dois períodos – avanço e reversão - e ainda se passa sob os contingenciamentos da formação brasileira.

Pretende-se explorar as contradições descritas a partir dos microdados da POF 2017-2018, analisando como a desigualdade de renda se reflete não apenas no volume, mas na qualidade do consumo alimentar das famílias. Parte-se da ideia de que, em contexto de subdesenvolvimento, mesmo o acesso básico é mediado por hierarquias sociais profundas. E a insegurança alimentar, longe de ser um sintoma de um problema produtivo, é sobretudo um sintoma da falha de distribuição do produto social - parte do legado colonial não resolvido.

2 - METODOLOGIA:

Usando o software R realizou-se a pesquisa descritiva a partir de dados da POF, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no período compreendido entre junho de 2017 e julho de 2018, com informações a nível doméstico (unidade de consumo) acerca da composição orçamentária, condições de vida e, inclusive, questões subjetivas voltadas à qualidade de vida e perfil nutricional. Por simplicidade, esta edição passará a ser identificada como POF 2017.

Foram investigadas 58.039 unidades de consumo, que correspondem a 178.369 indivíduos (com os pesos, 207.021.494 indivíduos). O número médio de pessoas por família era de 3,07 (com os pesos, 3). Serão utilizadas 5 cadernetas da POF: “Despesa Coletiva”, “Despesa Individual” e “Caderneta Coletiva”, “Morador”, “Morador – Qualidade de Vida”. Para entender essa heterogeneidade do consumo das famílias serão utilizados a renda familiar per capita para ordenação e criação dos decis de renda – com os pesos finais disponibilizados pelo IBGE na pesquisa. A renda familiar per capita de cada domicílio foi calculada a partir da divisão da “Renda Total” – renda monetária e não monetária - pelo número de moradores por domicílio a partir da caderneta “Morador”. Os cálculos feitos para agrupar valores observados por domicílio para o nível de decil utilizaram a seguinte estrutura:

$$Valor\ Médio = \frac{\sum Valor \times Peso\ Final}{\sum Peso\ Final}$$

Assim, analisaremos a composição do consumo, composição do consumo alimentar, proporção do consumo alimentar fora do domicílio e proporção da insegurança alimentar em vista de melhor compreender a heterogeneidade do consumo das famílias no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A Tabela 1 traz estimativas, por decil de renda per capita, da proporção das despesas sobre a renda domiciliar. É possível verificar o maior comprometimento da renda dos mais pobres para as despesas correntes.

Tabela 1 - Proporção das Despesas sobre a Renda por Decil										
Decil Proporção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Despesa/Renda	1,635	0,9683	0,8427	0,8108	0,7702	0,7268	0,7270	0,7131	0,6781	0,6128

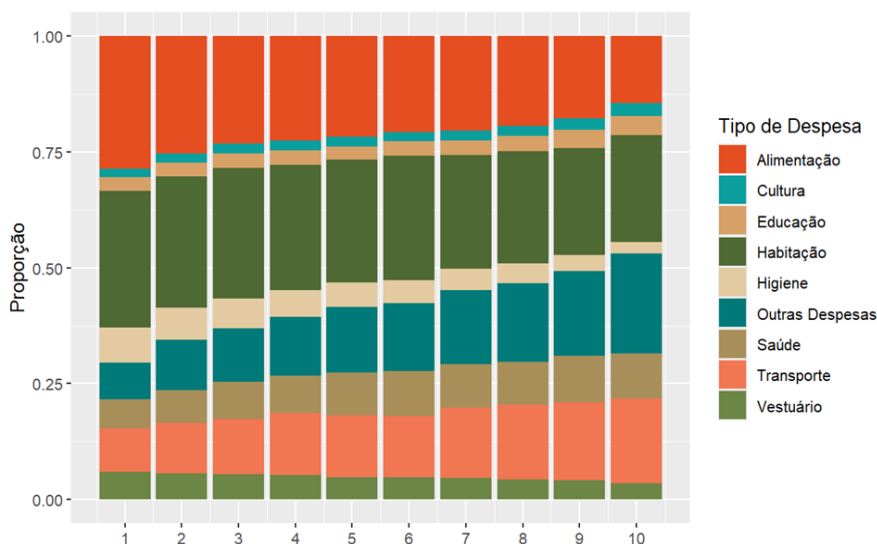
Fonte: Elaborada pelos autores com dados da Pesquisa de Orçamento Familiares (POF/IBGE) 2017-2018.

Nota: *Renda compreende a soma de rendimentos monetários e não monetários, acrescido da variação patrimonial

Foram observadas despesas maiores que a renda totais em todos os decis de forma que cerca de 20% da base tenha apresenta gastos que superam a renda, com apenas em alguns casos a proporção chegando a patamares que possam indicar casos de endividamento, subnotificação da renda ou erro de registro.

O Gráfico 1 traz a composição das despesas domiciliares médias por decil de renda per capita,

Gráfico 1 – Composição da Despesa de Cada Decil de Renda* per capita



Fonte: Elaborada pelos autores com dados da Pesquisa de Orçamento Familiares (POF/IBGE) 2017-2018.

Nota: *Renda compreende a soma de rendimentos monetários e não monetários, acrescido da variação patrimonial

isto é, quanto as unidades de consumo gastam em cada tipo de consumo em relação ao total gasto por elas. As Despesas foram classificadas em 9 grupos: “alimentação”, “cultura”, “educação”, “habitação”, “higiene”, “saúde”, “transporte”, “vestuário” e “outros”. O grupo “outros” compreende “impostos” - categorias do tradutor de despesa geral da POF 2017.

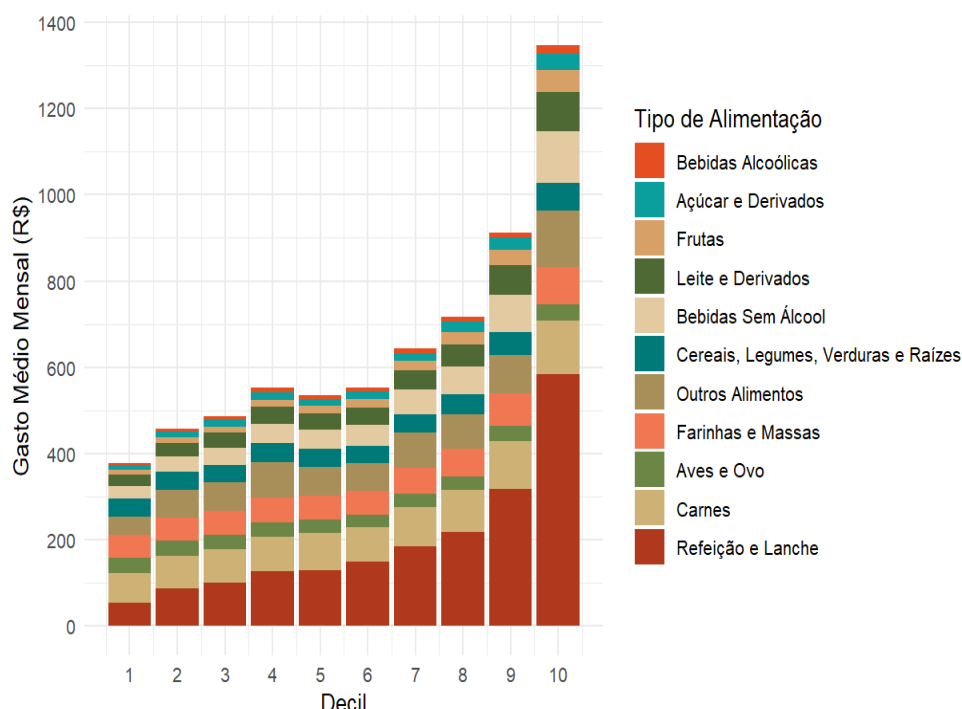
A partir do Gráfico 1 é perceptível que relativamente, o gasto em alimentação perde espaço conforme se avança nos decis de renda per capita, de forma que esse acréscimo na renda corresponde cada vez menos a consumo em alimentos e sim a outras categorias de consumo. Ainda não é possível auferir a partir disso que o consumo alimentar diminui ou não conforme a renda – ou que se estabiliza.

O Gráfico 2 traz a distribuição dos Gasto com Alimentação, em termos monetários, por decil de renda per capita, isto é, quantos reais em média (ponderada) os decis gastam por tipo de alimento. As despesas com alimentos foram classificadas em 10 grupos: “bebidas alcoólicas”, “açúcar e derivados”, “frutas”, “bebidas sem álcool”, “cereais, legumes, verduras e raízes”, “farinhas e massas”, “aves e ovos”, “carnes”, “refeição e lanche”, “outros alimentos”. O grupo “outros alimentos” compreende “sal e condimentos”, “enlatados e conservas”, “óleos e gorduras”, “alimentação light e diet”, “outros” e “outras” - categorias do tradutor de consumo alimentar da POF 2017.

Visto o Gráfico 2, já é evidente que mesmo com uma participação menor da despesa em alimentação no total – como verificado no Gráfico 1- conforme a renda disponível aumenta a despesa em alimentação também aumenta, com destaque para os decis 9 e, principalmente, 10. Estes que possuem maior renda per capita, média de R\$ 3.383,15 e R\$ 9.484,95 respectivamente, e já destoam mais dos demais decis. Os demais decis têm os seguintes valores da renda per capita média: 1, R\$ 259,20; 2, R\$ 507,08; 3, R\$721,18; 4, R\$940,53; 5, R\$1175,25; 6, R\$1430,11; 7, R\$1775,22; 8, R\$2314.

Do decil 2 ao 4 há significativo crescimento do consumo alimentar em relação aos grupos anteriores que deságua em uma certa estabilidade no consumo entre os grupos 4 e 6 que se quebra a partir do decil 7 que inicia um crescimento vertiginoso.

Gráfico 2 - Distribuição das Despesas com Alimentação por Tipo de Alimentação e Decil de Renda* per capita



Fonte: Elaborada pelos autores com dados da Pesquisa de Orçamento Familiares (POF/IBGE) 2017-2018.

Nota: *Renda compreende a soma de rendimentos monetários e não monetários, acrescido da variação patrimonial

O aumento da participação das refeições e lanches podem refletir a substituição da alimentação dentro de casa por uma alimentação fora de casa ou por uma sofisticação da alimentação dentro de casa, visto que comem refeições e lanche e ainda consomem mais nos outros grupos, em valores monetários.

A Tabela 2 traz estimativas, por decil de renda per capita, da proporção das despesas alimentares fora do domicílio sobre o total de despesas

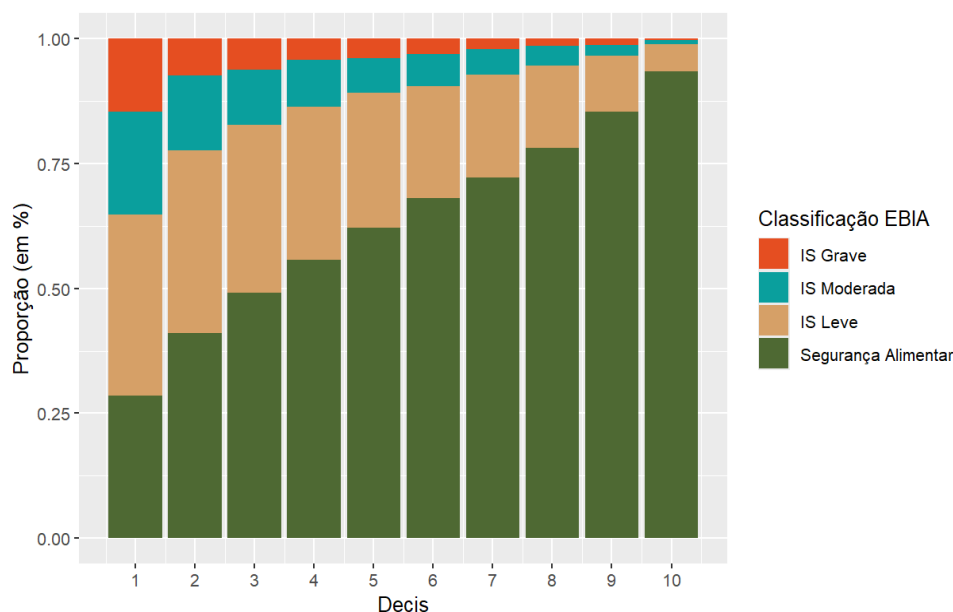
alimentares, demonstrando que conforme a renda aumenta, em média, as unidades de consumo se alimentam mais fora do domicílio. Ainda assim, o que separa o 1º decil do último não chega a 10% da despesa total. Vale ressaltar, mais uma, vez que a base de comparação dos decis são diferentes; assim, em valores monetários, isso representa uma diferença ainda maior do acesso ao consumo entre os diferentes decis.

Tabela 1 - Proporção do Consumo Alimentar Dentro e Fora do Domicílio por Decil										
Decil	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Proporção										
Fora do Domicílio	0.1976	0.2288	0.2292	0.2427	0.2283	0.2377	0.2575	0.2544	0.2538	0.2893

Fonte: Elaborada pelos autores com dados da Pesquisa de Orçamento Familiares (POF/IBGE) 2017-2018.

O Gráfico 3 traz a composição dos decis quanto a insegurança alimentar – grave, moderada ou leve segundo a classificação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Observa-se que a Insegurança alimentar assola quase 75% do 1º decil e descrece continuamente até o 10º decil em que praticamente não tem mais insegurança alimentar grave ou moderada.

Gráfico 3 - Insegurança Alimentar (leve, moderada e grave) por Decil de Renda*



Fonte: Elaborada pelos autores com dados da Pesquisa de Orçamento Familiares (POF/IBGE) 2017-2018.

Nota: *Renda compreende a soma de rendimentos monetários e não monetários, acrescido da variação patrimonial

CONCLUSÕES:

Podemos concluir que a participação do consumo alimentar na despesa total diminui conforme o aumento da disponibilidade de renda por morador. Enquanto o consumo, em valores monetários, aumenta conforme a renda per capita. Dentre os grupos de alimentação, destaca-se o consumo em “refeições e lanches”, assim, como a “refeição

fora de casa”, que tem grande salto na cesta de consumo com o aumento da renda. Isso pode indicar uma melhora na qualidade do alimento, já que refeições fora do domicílio, agora, têm maior participação nas refeições dos moradores de cada unidade de consumo em média. Assim, as despesas com alimentação dentro de casa têm que atender um menor número de refeições visto o aumento de refeições fora de casa o que pode indicar, mantida as quantidades de alimento dentro de casa próximas, uma melhora na qualidade. Mas ainda seria necessário recuperar os dados da POF 2017 sobre as quantidades em cada tipo de alimento – presentes na caderneta “Consumo Alimentar”.

Isso dialoga com os dados encontrados sobre insegurança alimentar que apontam que, conforme o aumento da renda, haveria um aumento da qualidade do alimento e da sua disponibilidade. A disponibilidade seria melhor auferida observando as quantidades e valores nutricionais, mas já é possível pensar sobre isso a partir do ponto de “saciedade” nos decis 4, 5 e 6 observado no Gráfico 2 e o grande crescimento do grupo de “refeições e lanches”.

BIBLIOGRAFIA:

- HOFFMANN, Rodolfo. **Desigualdade de renda no Brasil, 1995-2019: diversas distribuições e o impacto do desemprego**. RBEST: Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho, Campinas, v. 2, p. e020007, 2020.
- KALECKI, Michal. **Teoria da dinâmica econômica**. São Paulo: Nova Cultural, 1977.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- VAZ, Daniela Verzola; HOFFMANN, Rodolfo. **Evolução do padrão de consumo das famílias brasileiras entre 2008 e 2017**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 30, n. 1, p. 163–186, 2021.